

VI Semana Internacional de Pedagogia

“Pedagogia em MovimentoUS: Aproximações entre Universidade e Sociedade”



II Encontro Estadual de Educação em Prisões de Alagoas

I Seminário de Educação em Prisões de Alagoas

“Educação de pessoas em privação de liberdade: Embates, Políticas Públicas e Práticas Educacionais”

De 10 a 14 de Dezembro de 2018 - Campus A. C. Simões/UFAL - Maceió/AL - Brasil

ISSN: 1981 - 3031

**AUTOAVALIAÇÃO EM UMA ESCOLA DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS
PERTENCENTE À REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE MACEIÓ:
EMPODERAMENTO E AUTONOMIA**

Maria das Graças Correia Gomes
gracac.gomes@gmail.com

Ana Patrícia Calheiros Santos
anapccipriano@gmail.com

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo expor sobre a experiência de Autoavaliação implantada em uma escola da Rede municipal de Maceió que atende a modalidade da Educação de Jovens, adultos e Idosos (EJAI), com ênfase em dois aspectos considerados essenciais para o desenvolvimento e melhoria da qualidade da escola pública: o empoderamento e a autonomia. A Autoavaliação consta na Portaria nº. 107 de junho de 2017, que cria o Sistema de Avaliação Educacional do município de Maceió, no qual estabelece as competências que deverão ser administradas pela Coordenadoria/Setor de Avaliação Educacional (SAVE), da Secretaria Municipal de Educação. A metodologia utilizada é a investigação-ação e pesquisa-formação, com uma abordagem mista – quantitativa-qualitativa (Shaffer, Serlin, 2004), recorrendo a vários procedimentos metodológicos e instrumentos de coleta e análise de dados, tais como entrevistas, grupos focais, questionários, observação e relatos das comissões de autoavaliação de escolas-CAAVE. Diante dos dados buscou-se analisá-los e propor ações alternativas no intuito de solucionar os problemas detectados, demonstrando, assim, independência e corroborando para uma escola autônoma. Como pilares teóricos elegem-se, dentre outros autores, Gadotti (2003); Libâneo (2004); Lück (2012); Alaiz, Góis e Gonçalves (2003); Alves e Correia, (2009); Leite e Fernandes (2014); Oliveira (2016); Marinho (2014). Os resultados alcançados têm direcionado a escola para um autoconhecimento e uma gestão compartilhada em que toda comunidade educativa atua em prol de objetivos comuns, um deles é garantir a aprendizagem dos estudantes.

PALAVRAS-CHAVE: Autoavaliação. Escola Pública. Empoderamento. Autonomia. Gestão democrática

1 INTRODUÇÃO

A avaliação escolar não se restringe à sala de aula, em um olhar mais amplo, na busca crescente pela autonomia, a escola se obriga, por um lado, a prestar contas

à sociedade e, por outro, a desenvolver aprendizagens que ofereçam soluções apropriadas à resolução dos problemas que cotidianamente lhe são colocados (ALVES, CORREIA, 2008).

Nesse cenário a autoavaliação de escola emerge como processo pelo qual a escola e seus sujeitos podem desenvolver posturas críticas e participativas. Para tanto, faz-se necessário o autoconhecimento, em que a escola investigue quais as suas virtudes e potencialidades, bem como reconheça suas limitações e dificuldades, na busca por uma identidade própria. (LUCK, 2012)

Neste contexto a escola é facilitadora e promotora de uma comunidade de aprendizagem, em que se mobiliza para espelhar o que em si se faz, como se faz, por que se faz e assim apontar a sua situação, isto é, desenvolver um processo de autoavaliação que leve a um empoderamento de todos os sujeitos num aperfeiçoamento sistemático, participativo e contínuo “ancorado numa comunidade de aprendizagem na qual todos (e com todos) aprendem” (MARINHO, 2014, p. 170).

Os processos de autoavaliação desenvolvidos em três escolas da Rede estão fundamentados nas teorias apresentadas acima. Este trabalho detalha a implantação e implementação em uma destas escolas que atende a modalidade da Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI). Destaca-se ainda a importância da apropriação pela comunidade educativa da temática de autoavaliação para o planejamento e desenvolvimento de ações mais eficazes, demonstrando o empoderamento e a autonomia dessa escola.

2 AUTOAVALIAÇÃO COMO CAMINHO PARA AUTONOMIA DA ESCOLA PÚBLICA

A escola pública vem sendo alvo de várias críticas, principalmente no que diz respeito a sua principal função, o ensino e a aprendizagem. Muitos estudantes estão concluindo a educação básica sem os conhecimentos necessários para sua vida. Por isso, muitas secretarias de educação, desenvolvem ações que visam a mudança dessa realidade, e uma delas é a Autoavaliação fazendo parte do cotidiano escolar. Acredita-se que a autoavaliação contribui para a organização da gestão escolar com a possibilidade de empoderar a comunidade educativa, dando-lhe autonomia para a tomada de decisão.

Oliveira (2016) em seu estudo recente refere que existe pouca informação sobre a autoavaliação das escolas no Brasil. Apontando como sendo uma limitação que contribui para que as escolas não desenvolvam este processo, sustentando que apesar destes processos de autoavaliação institucional se realizarem já há bastante tempo nas universidades brasileiras, nas escolas de educação básica a autoavaliação ainda é muito embrionária. Refere ainda a autora que algumas secretarias de educação estimulam essa prática, contudo alude que se torna necessário uma maior mobilização e articulação para que a avaliação institucional por meio de processos de autoavaliação se consolide como uma política pública na área de educação.

2.1 GESTÃO ESCOLAR E O PODER

No processo de autoavaliação, a gestão escolar é o ponto inicial de mudança, a escola pública não é propriedade privada, e dessa forma surgem elementos que visam dar significados a estruturas e expressões de poder na escola: a descentralização, tomadas de decisões compartilhadas, construção da autonomia e a participação. Esses mecanismos se consolidam na gestão escolar e provocam discussões paradigmáticas (LUCK,2006).

A todo o momento a escola demonstra ser um palco de contradições, de equívocos, conflitos, assim como se desdobra também em um espaço de discursões alternativas para a busca de soluções. O real propósito é ressignificá-la de participação, diálogo, autonomia e emancipação. A autoavaliação surge como um processo permanente que deve ser desenvolvido na e pela escola.

Se não houver a aprendizagem de trabalhar junto; ouvir e falar sem medo de ser destruído, humilhado, diminuído; trabalhar os nossos conflitos e construir consensos emancipadores; analisar criticamente as visões de mundo; conhecer os pensares e fazeres pedagógicos de nossos pares; interpretar a diversidade como parte da totalidade; compreender a multiculturalidade como integrante do currículo da escola, do seu projeto, da sua própria existência, provavelmente não se terá capacidade de reconhecer o outro como parceiro. Precisa-se urgentemente construir o prazer de aprender a ser-mais, uma pedagogia da convivência para concretizar uma relação pedagógico-educativa substantivamente democrática (FREIRE, 2000).

Toda ação que busca a participação democrática está cercada de impedimentos dentre os quais se destacam: a centralização das ações por parte dos

diretores, que desconsideram os outros sujeitos de participação, a passividade dos que atuam na escola em relação a essa participação, a falta de coletividade dos representantes eleitos do conselho escolar para reivindicar as necessidades da escola e a falta de autonomia que a escola dispõe em relação aos poucos recursos disponibilizados.

...indicando uma tendência de transferência de responsabilidades para a sociedade, implica uma redefinição de papéis entre a escola e as demais instâncias administrativas. Há necessidade de criar e desenvolver novas relações entre o Estado e as escolas, de modo que estas sejam mais autônomas e congreguem identidades diferenciadas do Estado, revisando controles minuciosos, buscando um equilíbrio entre controle e autonomia, alterando estruturas enrijecidas. (WERLE, 2003, P.51)

Não obstante é preciso ter cuidado para que não se confunda que os mecanismos de autoavaliação signifique transpor para a escola toda responsabilidade do Estado, é preciso que sejam esclarecidos o que cabe a cada instituição.

Esse processo envolve também o Projeto Político Pedagógico (PPP), eles se integram numa direção única, a autonomia da escola. Como expõe Souza e Corrêa (2002, p.52):

O projeto pedagógico necessita escutar o que a prática dos sujeitos que o constroem tem a dizer, ao mesmo tempo em que deve amadurecer neles a ideia de que o princípio de autonomia implica o compromisso de decidir e assumir ações coletivas no âmbito da escola. Esse trabalho sugere que sua elaboração fundamente-se em um referencial teórico consistente e respaldado na pesquisa constante das práticas desenvolvidas pela escola, não se devendo abrir mão da participação coletiva nesse processo.

Sob o ponto de vista pedagógico a escola está conquistando a autonomia para construir o seu PP definindo plano de metas, fins e objetivos, e uma proposta pedagógica referenciada às diretrizes curriculares que estruturam o sistema de ensino a que está vinculada.

A participação coletiva também respalda a autoavaliação da escola, sem a primeira não há possibilidades de ocorrer a segunda. De acordo com Fernandes (2002) na avaliação total e coletiva da escola todos serão avaliados e avaliadores, não é necessária unanimidade de participação, mas, é preciso que seja a maioria, e com representação de todos os segmentos da escola: pais, alunos, funcionários, gestores, professores e comunidade do bairro.

2.2 AUTOAVALIAÇÃO: CAMINHO PARA AUTONOMIA

Antes de adentrar na questão da autonomia, há a necessidade de compreender o que é autoavaliação de escola, seu significado se relaciona com autoconhecimento, é o conhecer-se, que inclui: a escola destacar as virtudes e potencialidades, reconhecer limitações e dificuldades, ser inteira e autodeterminada e possuir identidade própria, no processo de autoavaliação é imprescindível ser colegiado e participativo, pois a escola rever suas práticas, organiza seus processos e estruturação (LUCK, 2012).

É um processo que dará oportunidade à escola, com a participação de todos, refletir sua prática, o olhar para si mesmo, para tanto utiliza-se de uma metodologia que garante fidedignidade, unidade de informações e respeito às individualidades; Evita premiação e/ou punição, pois representa uma autoavaliação, um olhar para dentro de si mesma.

A autonomia é assim entendida como princípio regulador das relações entre o sistema educacional, social e a escola. A esse respeito, Hora (2007, p. 53) destaca que a participação da “comunidade nas decisões mais simples da escola é tão importante quanto a participação em decisões mais complexas que envolvem as políticas educacionais” ainda que estas sejam definidas apenas pelos órgãos administrativos centrais.

Com base nessas afirmativas a escola deve buscar desenvolver uma cultura participativa que possibilite a seus profissionais uma formação continuada e permanente. Uma formação que instrumentalize os professores com atitudes, conhecimentos e habilidades, tornando-os profissionais reflexivos e investigadores. Segundo Libâneo (2004, p.102), “o conceito de participação se fundamenta no de autonomia, que significa a capacidade das pessoas e dos grupos de livre determinação de si próprio, isto é, de conduzirem sua própria vida”.

Gadotti (2003 p. 47) expõe a importância da autonomia dentro da escola, como caminho para uma gestão participativa:

A luta pela autonomia é uma questão essencial para a escola desenvolver a gestão participativa na escola, a independência em administrar seus recursos demonstra aos envolvidos nesse processo o interesse a administrá-lo de forma a atender as necessidades primordiais e direcionar para fins educativos.

A autonomia da escola também é legalizada, LEI 9394/96, Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os

integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira observadas as normas gerais de direito financeiro público.

O exercício da autonomia pedagógica requer por parte da escola o conhecimento de sua realidade em termos de recursos humanos e materiais, além dos anseios da comunidade em que se insere, de forma a poder atender às suas expectativas. Por isso, ser imprescindível haver um planejamento coletivo, em que todos se empenhem na construção do PP, ou seja, que este seja o resultado de um planejamento participativo dos que compõem a escola. Ao passo em que o diálogo crítico e solidário se consolida na escola, os sujeitos se reconhecem como companheiros, seres históricos, capazes de compartilhar conquistas, de ajudar a superar equívocos, corrigir rumos ultrapassando assim as raízes autoritárias existentes na prática pedagógica e de gestão.

Dessa forma a avaliação, e especificamente a autoavaliação, pode contribuir para conferir maior equidade aos processos educacionais, desde que seja realizada numa lógica de coresponsabilização, e de auto e hétero-regulação dos estudantes pela sua formação, isto é, aproximando-se do que designamos por uma avaliação formadora (LEITE; FERNANES, 2014)

É tendo por base estas ideias e constatações que se situa a relevância, importância e a inovação desta experiência, que assume como intenção contribuir para que a Rede de ensino de Maceió possa vivenciar experiências de construção e desenvolvimento de processos de autoavaliação que busquem a autonomia da escola pública, no sentido de estabelecer uma estrutura consolidada que proporcione a construção de ações, nos quais envolvem processos de melhoria da escola e dos seus sujeitos. Isto é, que se possa sensibilizar, formar e motivar os atores educativos para processos de autoavaliação de escolas, no sentido de se construir e desenvolver uma cultura de colaboração, de articulação, de partilha e reflexão com o objetivo de melhorar – uma cultura de avaliação transformadora (MARINHO, 2014) na/da organização escolar.

2.3 CAMINHOS METODOLÓGICOS INICIAIS

O procedimento metodológico da pesquisa seguiu uma abordagem mista, envolvendo aspectos quantitativos e qualitativos, como expõe Shaffer e Serlin (2004, p.23):

Os métodos qualitativos e quantitativos são, em última análise, métodos para garantir a apresentação de uma amostra adequada. Ambos constituem tentativas para projectar um conjunto finito de informação para uma população mais ampla: uma população de indivíduos no caso do típico inquérito quantitativo, ou uma colecção de observações na análise qualitativa. [...] O objectivo em qualquer análise é adequar a técnica à inferência, a afirmação à comprovação. As questões que se colocam a um investigador são sempre: Que questões merecem ser levantadas nesta situação? Que dados poderão lançar luz sobre estas questões? E que métodos analíticos poderão garantir afirmações, baseadas em dados, sobre aquelas questões? Responder a estas questões é uma tarefa que envolve necessariamente uma profunda compreensão das potencialidades e limites de uma variedade de técnicas quantitativas e qualitativas.

A metodologia mista foi utilizada na experiência de autoavaliação implementada na escola, em que foram utilizados, inicialmente, dados quantitativos das avaliações internas (aprovação, reprovação, evasão) e externas (Avalia, prova Brasil, Ideb), para posterior aplicação de questionários com funcionários (as) e professores (as) para tabulação quantitativa dos dados. No que diz respeito à abordagem qualitativa, houve a realização de grupos focais com os estudantes, em que foram transcritos. Todo esse material, gráficos e transcrições, foram entregues as escolas para a Comissão de Autoavaliação de Escola (CAAVE)¹ analisar esses dados para as discussões nas formações e estudos para autoconhecimento dos estudantes que estão na escola, e a partir desses dados pensar em atos concretos para a melhoria da escola.

Baseando-se na teoria de Ainscow, Hopkins et al (2001) em que propõe alguns passos para a melhoria da escola, tais como: a) onde estamos? Como sabemos? Neste item inclui o diagnóstico da escola, coleta de dados, análise dos dados e identificação das áreas que necessitam de ações de melhoria; b) onde queremos chegar? Como podemos melhorar? Envolve a identificação de prioridades para a melhoria da escola para construção de um Plano de Ação de Melhoria (PAM); c) o que devemos fazer para o conseguir? Contempla-se neste aspecto o interesse e o envolvimento no projeto e sua avaliação constante dos progressos alcançados ou não; d) Onde iremos depois? No qual estabelece a passagem de um ciclo de melhoria a

¹ A CAAVE é uma comissão composta de representantes de professores, funcionários, gestores, pais/mães e estudantes de EJAI, cujo objetivo é caminhar com todo processo de Autoavaliação na escola.

outro, estabelecimento de uma estrutura que, de forma sustentada, facilite os processos de melhoria. Buscou-se conhecer de forma aprofundada cada escola envolvida, para tanto utilizou-se instrumentos de pesquisa que pudessem contribuir para a aproximação com a realidade cotidiana da escola.

No grupo focal de estudantes que fazem parte do EJAI, observou-se em suas falas e posturas que escola eles queriam, sentiam necessidades de ações diferenciadas, solicitaram a continuidade do 2º segmento de EJAI para não sair da escola e conseguir estudar no próprio bairro, elogiavam seus professores por possibilitarem o acesso à leitura e a escrita, mas, reivindicavam por outros espaços dentro da escola que contribuam com a aprendizagem: sala de leitura, laboratório de informática e quadra de esporte. Como relata uma estudante: *Num tem uma sala de livro* (Flor², estudante do EJAI).

Diante dos dados, coube a CAAVE analisá-los, transpondo todo o percurso anteriormente trabalhado, nos quais envolveram: estudos teóricos sobre autoavaliação, levantamento de dados de avaliações externas e internas, formação continuada acerca dos instrumentos de pesquisa e organização de dimensões e eixos para a elaboração do PAM. Com os dados analisados a CAAVE precisou se debruçar com o intuito de planejar ações que procurasse atender as demandas expostas pela comunidade escolar. Dessa forma, a escola agia de acordo com as necessidades expostas pela comunidade escolar.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o movimento que vem se desenvolvendo nas escolas do Projeto e particularmente, na que atende ao público de Jovens Adultos e Idosos, é possível afirmar que os processos de autoavaliação provocou uma mudança substancial, motivando a comunidade educativa para traçar novos percursos de gestão e organização que permitam o favorecimento de uma cultura organizacional escolar orientada para a melhoria da qualidade e equidade educacional.

Esta conquista é uma autonomia “construída” e não “decretada” (Barroso, 1996) em que cada escola deve ser palco de vivências democráticas, dando respostas às suas próprias necessidades. Sendo assim, a autonomia constitui-se como essencial para a criação da identidade da escola e como a substância de uma nova

² Nomes fictícios para garantir o anonimato dos participantes da pesquisa.

organização do trabalho pedagógico, levando a um maior envolvimento e compromisso de todos na construção e vivência de projetos educativos, assumidos e acreditados em culturas organizacionais escolares aprendentes (FULLAN e HARGREAVES, 2000).

A base do processo democrático na escola é a constituição de um coletivo pedagógico reflexivo, atuante e ético. Isso pressupõe o agir de forma responsável e autônoma. Os profissionais capazes de se autoavaliarem criticamente, abrem-se ao diálogo e investem na construção dos processos de autonomia em suas salas de aula.

O Projeto envolveu todos os sujeitos da escola em um constante e permanente processo de autoavaliação, a partir de um olhar crítico sobre o significado das ações de cada membro da comunidade educativa, ressignificando a prática e propondo uma cultura de tomada de decisão coletiva.

Pôde-se constatar que na escola observada a autoavaliação passou a ser a base para as decisões democráticas e que vem possibilitando transformações educativas e de gestão ao longo do processo. Fica evidente que a autoavaliação é um caminho para a autonomia dos professores com seus educandos e da escola.

A Autoavaliação ganha força na escola e instrumentaliza para a realização de seu projeto educativo- Melhorar a qualidade da educação- quando oferece a comunidade escolar, dados e informações importantes para a elaboração de referenciais pedagógicos.

Dessa forma, autoavaliação deve estar comprometida com o futuro, com o que se pretende transformar. E os caminhos precisam ser organizados e com uma metodologia que se possa demonstrar como ocorreram as etapas para sua execução.

Assim, a autoavaliação, de uma forma mais concreta, pode proporcionar o envolvimento dos estudantes nas aprendizagens, por sua vez os professores buscam criar condições que estimulam a interação entre seus pares, e com eles próprios e a refletirem sobre os conteúdos que estão a ser trabalhados e como consequência problematizam as situações e se posicionam de forma crítica (LEITE; FERNANDES, 2014).

O projeto encontra-se em andamento, muitos desafios e descobertas ainda estão por vim, todavia, o que se vivenciou até o momento revela que muitos estudantes de EJAI demonstram a satisfação de fazer parte desse processo, na

representatividade dos estudantes dessa modalidade demonstra-se a satisfação de fazer parte de uma escola de autoavaliação.

4 REFERÊNCIAS

Ainscow, M., Hopkins, D., Soutworth, G., & West. **Hacia Escuelas Eficaces para todos**. España: Narcea, S.A, 2001.

ALAIZ, V.; GÓIS, E. GONÇALVEZ, Conceição. **Auto-avaliação de escolas: pensar e praticar**. Porto: Edições Asa, 2003.

ALVES, Palmira; Correia, Serafim. **A auto-avaliação de escola: um estudo exploratório sobre os dispositivos de auto-avaliação das escolas públicas em portugal**. Olhar de professor, vol. 11, núm. 2, 2008, pp. 355-382.

BRASIL. **Lei Nº 9394/96**. Estabelece as Diretrizes e Bases para a Educação. Disponível em < <http://portal.mec.gov.br> > acesso em 13 set. 2008.

CISESKI; A.A.; ROMÃO, J.E.. **Conselhos de Escola – Coletivos Instituintes da Escola Cidadã**. In: GADOTTI, Moacir; ROMÃO, J.E.(orgs.). *Autonomia da escola: princípios e propostas*. 5ª edição, São Paulo: Cortez, 2002.

FERNANDES, Maria Estrela Araújo. **Avaliação institucional da escola e do sistema educacional: base teórica e conceitual do projeto**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

FULLAN, Michel e HARGREAVES, Andy. **A Escola como Organização Aprendiz** – buscando uma educação de qualidade. Porto Alegre: Artmed Editora, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 28ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GADOTTI, Moacir. **Projeto Político- Pedagógico da Escola - Fundamentos para a sua realização**. In: GADOTTI, Moacir; ROMÃO, J.E.(orgs.). *Autonomia da escola: princípios e propostas*. 5ª edição, São Paulo: Cortez, 2002.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, J.E. (orgs.) **Autonomia da escola: princípios e propostas**. São Paulo: Cortez, 1997.

LEITE, Carlinda; FERNANDES, Preciosa. **Avaliação, qualidade e equidade**. *Avaliação*, Campinas; Sorocaba, SP, v. 19, n. 2, p. 421-438, jul. 2014

LIBÂNEO, José C. **Organização e gestão na escola: teoria e prática**. 5ª ed. Campinas: Alternativa, 2004.

LÜCK, Heloísa. **Perspectivas da Avaliação Institucional da Escola**. Vol VI, série cadernos de gestão. Petrópolis: Vozes, 2012.

MARINHO, Paulo. **A avaliação da aprendizagem no ensino básico**: contributos para a compreensão da sua relação com o sucesso escolar. Tese de Doutoramento em Ciências da Educação. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto. 2014.

NEVES, Carmem M. de C.. **Autonomia da escola pública**: um enfoque operacional. In: VEIGA, Ilma P. A.(org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. 23ª edição, Campinas, SP: Papirus, 2007.

OLIVEIRA, Cleide. Uma experiência de avaliação institucional na educação básica: limites e possibilidades. **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 27, n. 65, p. 408-438, maio/ago. 2016

SHAFFER, David W. & SERLIN, Ronald C. (2004). What good are statistics that don't generalize? *Educational Researcher*, vol. 33, nº 9, pp. 14-25.

SOUSA, José Vieira e CORRÊA, Juliane. **Projeto Pedagógico**: a autonomia construída no cotidiano da escola. In: VIEIRA, Sofia L. (org.) Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

WERLE, Flávia O. C.. **Conselhos Escolares** – implicações na gestão da Escola Básica. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.